



# trabalhadores do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 177 / SETEMBRO-OUTUBRO 2016 / WWW.STML.PT



## NESTE NÚMERO

- |    |   |    |   |
|----|---|----|---|
| 2  | <b>Editorial</b>  | 12 | <b>Pelas Juntas de Freguesia...</b>   |
| 3  | <b>Eleições para os Representantes dos Trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho</b>                             | 13 | <b>Reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN</b>                                |
| 4  | <b>A importância da liderança numa organização como o RSB</b>   | 13 | <b>8ª Conferência Nacional da Interjovem</b>                                  |
| 5  | <b>Comissão da Limpeza Urbana: Não baixar os braços, lutar e conquistar!</b>  | 14 | <b>Recusamos novos congelamentos salariais para 2017</b>                      |
| 6  | <b>Da urgência em contratar jardineiros</b>   | 15 | <b>Urge combater a precariedade na cidade de Lisboa</b>                       |
| 7  | <b>Das obras no refeitório do Edifício da Rua Alexandre Herculano</b>   | 16 | <b>Negociação de Acordo de Empresa com a GEBALIS</b>                          |
| 8  | <b>A saga da transferência de trabalhadores para o Edifício Entreposto</b>  | 16 | <b>Mais equipamentos, mais EGEAC?</b>   |
| 9  | <b>STML reúne com o vice-presidente da CML</b>  | 16 | <b>Espaço dos Aposentados</b>   |
| 10 | <b>Proposta Reivindicativa Comum 2017: Defender os salários e os direitos dos trabalhadores da Administração Pública!</b> | 17 | <b>As opções de Medina e as dúvidas dos trabalhadores</b>                     |
|    |   | 18 | <b>46º Aniversário da CGTP-IN</b>   |
|    |   | 19 | <b>OE 2017: É urgente valorizar os trabalhadores da Administração Pública</b> |
|    |   | 20 | <b>No Brasil efetivou-se o golpe da direita revanchista e reacionária</b>     |
|    |   | 20 | <b>Protocolo do STML com a BP – informação aos associados</b>                 |



## trabalhadores do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO N.º 177 / SETEMBRO-OUTUBRO 2016

[WWW.STML.PT](http://WWW.STML.PT)

**Diretor** Vítor Reis **Corpo Redatorial** Luís Dias, Nuno Almeida, Tiago Lopes, José Malhadas, Henrique Bastos

### Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

### Administração e Redação

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º Direito, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/5/8

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

Este boletim está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**Escola Superior de Educação João de Deus**

**Grupo Lusófona**

**Instituto Superior de Educação e Ciências**

**Instituto Superior de Tecnologias Avançadas**

**Universidade Lusíada**

#### BANCA E SEGUROS

**Macif Portugal, Companhia de Seguros**

**Millenium BCP**

#### TURISMO

**Campiférias**

**Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela**

**Viagens Falcon**

#### TELECOMUNICAÇÕES

**NOS**

**Vodafone**

#### OUTROS

**Cartão BP Plus**

**Escola de Condução ENAL**

**Lancaster College – Escola de Línguas**

**Mind Project**

**Teatro da Cornucópia**

## EDITORIAL

Chegamos a um momento decisivo do ano: Inicia-se a discussão do Orçamento do Estado para 2017 onde as matérias envolvendo os direitos e salários dos trabalhadores da administração pública ganham uma importância incontornável.

Valorizando o caminho positivo até agora realizado por este Governo, indissociável da correlação de forças na Assembleia da República alcançada com as últimas eleições legislativas, estamos ainda longe no que concerne à valorização real dos salários dos trabalhadores do setor público, degradados pelas opções políticas que se sucederam nos últimos anos.

Interessa neste contexto, expressar vontades, congregar forças e materializar as lutas que se considerem necessárias nesse propósito. No âmbito da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que integra o STML, e estando prestes a iniciar as negociações com o Governo, será seguramente necessário dar força à *Proposta Reivindicativa Comum* para 2017 onde constam todas as exigências que correspondem às expectativas dos trabalhadores. Em suma, descongelar carreiras, valorizar salários, atualizar complementos remuneratórios, revogar tudo o que de nefasto foi criado em termos legislativos nos últimos tempos.

Na Câmara Municipal, continuamos a reunir saudavelmente com o Executivo procurando resolver os inúmeros problemas que afetam outros tantos sectores profissionais e respetivos trabalhadores.

Da reunião com o Vice-Presidente Duarte Cordeiro à reunião com o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, muitos assuntos foram debatidos e aprofundados. Porém, certo é que os resultados práticos, visíveis aos olhos dos que vivem e lidam com estes problemas, não correspondem às expectativas, sempre elevadas, que para o Sindicato antecedem as reuniões de natureza institucional.

Será que para o Governo da maior autarquia do país, bastará afirmar que reúne com a estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores, secundarizando a resolução efetiva dos seus problemas? Esperemos sinceramente que não, caso contrário não nos restará outra solução que não passe pela discussão e reavaliação com os trabalhadores do município da estratégia e ação sindical a desenvolver.

Resolver os problemas da falta de pessoal, das viaturas ineficientes ou mesmo inexistentes, dos equipamentos e edifícios municipais que carecem de soluções urgentes, das mobilidades – intercategorias e intercarreiras – que há anos esperam resposta, dos processos de avaliação que parecem esquecidos, ou do respeito pelas condições de saúde e segurança no trabalho, são algumas das matérias às quais exigimos uma resposta célere e satisfatória, face ao que são as justas e legítimas aspirações dos trabalhadores da autarquia.

No universo das Juntas de Freguesia, muitas revelando para o Sindicato preocupações idênticas às que expressámos em relação à Câmara Municipal, observamos positivamente o início das negociações em torno do *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores de Carnide e Alvalade, estando para breve o mesmo em relação à Junta do Lumiar. Relembramos que todos os esforços estão a ser desenvolvidos no sentido de garantir um mesmo processo em todas as Freguesias.

Reforçamos também a importância do processo negocial que decorre em torno da celebração do Acordo de Empresa na Gebalis, já com duas reuniões realizadas com o respetivo Conselho de Administração. Como é prática corrente, no tempo e lugar oportuno, continuaremos a dar conhecimento aos principais interessados em todo este processo, ou seja, aos trabalhadores desta empresa municipal.

Por último, relembramos que **no próximo dia 12 de Outubro** realizar-se-ão as eleições para os Representantes dos Trabalhadores para a saúde e segurança no trabalho (RdT's). A **Lista B**, apoiada pelo STML, marca a continuidade de um projeto que abarca uma frente de trabalho constantemente desvalorizada pela CML. Para termos mais força e sermos mais consequentes, reativando e revalorizando a discussão sobre temas cada vez mais influentes na vida dos trabalhadores, interessa que ninguém despreze o seu direito de voto. **Votar, claro está, na Lista B.**



## Eleição dos RdT's 11 e 12 de outubro de 2016

### Eleições para os Representantes dos Trabalhadores (RdT's) para a Saúde e Segurança no Trabalho

**As Condições de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) são fatores determinantes para o bem-estar e satisfação dos trabalhadores, contribuindo decisivamente para a sua motivação e realização profissional, com reflexos evidentes na sua produtividade.**

O STML sempre pugnou pela existência e valorização dos RdT's. No último mandato, a lista subscrita pelo STML elegeu cinco dos sete elementos possíveis.

O trabalho realizado por estes eleitos, em estreita ligação com o Sindicato, nem sempre atingiu os objectivos pretendidos. Os problemas identificados pelos RdT's ao longo dos anos, sempre comunicados à Autarquia para uma célere resolução, esbarraram muitas vezes no argumento da 'crise económica'.

Sucessivos Executivos Municipais optaram por adiar ou ignorar muitos dos problemas, não investindo na sua resolução, nomeadamente envolvendo a melhoria de instalações ou na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Neste sentido, várias foram as queixas apresentadas à ACT, como nos casos envolvendo o edifício da Rua Alexandre Herculano ou do depósito situado na Rua do Saco (Brigada de Calceteiros).

Destacamos também a intervenção junto do DSHS exigindo a resolução das deficiências e anomalias encontradas, como nos casos concretos dos Edifícios do Campo Grande e mais recentemente do Entrepasto, onde os RdT's acompanharam e exigiram paralelamente a verificação da qualidade do ar, ruído e iluminação, para além de todas as restantes matérias em condições de SST.

Articulados com o STML, foi também resultado da sua intervenção que se evitou uma mudança precipitada do Quartel do RSB do Colombo, acompanhando e garantindo que as obras de melhoramento que aconteciam no Quartel de Benfica, para onde os trabalhadores iam ser realocizados, respondiam às suas necessidades e respeitavam a legislação em termos de SST.

Não esquecemos o seu papel nos processos de aquisição de EPI, monitorizando os concursos para a sua aquisição e avaliando, envolvendo os trabalhadores, a qualidade e eficácia dos materiais definidos. Uma prática que neste momento está estrangida apenas à Limpeza Urbana e oficinas do DRMM, mas que queremos ver alargada a todos os setores profissionais do município.

As eleições do próximo dia 12 de Outubro revestem-se assim de uma importância inegável! A Lista B, apoiada pelo STML, é constituída por homens e mulheres conhecidos de todos, de confiança, experiência e um largo conhecimento da realidade concreta que afeta os trabalhadores da CML. É na Lista B que devemos votar, reforçando o caminho a desenvolver pela proximidade e efetiva resolução dos problemas a nível das condições de saúde e segurança no trabalho.

**Dos compromissos que sustentam o Programa da Lista B, destaca-se a exigência ao Executivo Camarário, bem como aos Dirigentes Municipais, do respeito integral dos direitos de informação e consulta dos trabalhadores e dos RdT's no âmbito da SST e efetiva participação nos Planos Integrados de Segurança, Higiene e Saúde. Defende-se também a integração no Plano Anual de Formação de acções específicas de SST para todos os trabalhadores. Sempre que oportuno, será solicitada a intervenção das autoridades inspetivas, nomeadamente a ACT. Como prioridade, o investimento no DSHS, sobretudo na área que concerne à Medicina do Trabalho.**

A Campanha Eleitoral decorrerá de 26 de Setembro a 7 de Outubro, iniciando-se o ato eleitoral no dia 11 de Outubro às 22h00 e culminando às 16h00 do dia 12. O voto poderá ser feito numa das 40 mesas distribuídas por 21 locais de trabalho e todos os trabalhadores terão justificação para o tempo necessário ao seu exercício.



## A importância da liderança numa organização como o RSB

Podemos entender a liderança como a condução de um grupo de pessoas, transformando-o numa equipe que produz resultados e a capacidade de motivar e influenciar os liderados, de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e com entusiasmo para alcançarem os objetivos da equipa e da organização.

Existe porém uma diferença entre um líder e um chefe, que é aquela pessoa responsável por uma tarefa ou atividade de uma organização e que, para tal, comanda um grupo de pessoas, tendo autoridade de mandar e exigir obediência.

Assim um bom gestor terá que reunir as competências do chefe e **principalmente** as de líder.

Observando a atual realidade do RSB, facilmente se constata que para além dos problemas que este Sindicato ao longo dos últimos anos vem alertando a autarquia, existem outras questões, como a escolha dos responsáveis políticos e dos responsáveis pela área operacional e seus “assessores”, que colocaram a instituição numa situação “inédita”.

Assim, comecemos por cima e coloquemos o responsável político como o “Gestor”, para verificarmos se no espaço temporal, desde a sua eleição até hoje, cumpriu os requisitos essenciais. É evidente que reuniu as “competências do chefe” já que comanda um grupo de pessoas, tendo **autoridade de mandar e exigir obediência**. Mas falha em toda a linha nas “competências de líder” porque **não conseguiu motivar e influenciar os liderados**. Houve demasiadas ingerências em questões para as quais não reúne competências colocando em causa, não poucas vezes, o Comandante Operacional Municipal. Assim verifica-se que **não cumpriu** os requisitos de um “bom gestor”.

Sendo o Comandante do RSB, comandante operacional e líder e tendo como referência as noções básicas de liderança, percebe-se que também não cumpriu com os requisitos. Atente-se às medidas de carácter operacional e de gestão dos meios humanos e materiais que vem adotando, evidenciando uma **incapacidade de motivar e influenciar no sentido de alcançar os objetivos da organização**: um socorro aos munícipes de Lisboa mais agilizado e musculado, com mais meios (humanos e materiais).

Se quisermos entender a Chefia do Regimento, como os assessores do Comandante e fizermos uma analogia com o “chefe”, constatamos facilmente que se enquadram na perfeição: **a pessoa encarregada por uma tarefa, comandando um grupo de pessoas**, tendo autoridade de mandar e exigir obediência.

Mesmo que essa “tarefa” implique **insegurança** para o “grupo”, sendo o grupo os bombeiros, e a **redução da eficácia no socorro**. Todos sairiam a ganhar se a chefia do RSB, adquirisse um pouco mais das competências do “líder” e menos as do “chefe”, por forma a **motivar e influenciar os bombeiros**, de forma ética e positiva, deixando as competências de “chefe” para os bombeiros graduados que exercem o socorro.

Em suma, pode-se comprovar que se “algo vai mal no reino da Dinamarca”, não se podem culpar os homens e mulheres que diariamente e de forma abnegada dão o seu melhor em prol do bom nome do RSB.

Se queremos erguer “das cinzas” a organização que já foi uma referência nacional, retomando o fulgor e a força que a caracterizaram ao longo dos seus mais de seis séculos de existência, é imprescindível uma elevada ponderação na escolha dos futuros líderes, que deverá ter em conta o melhor para a “organização”. Infelizmente não tem sido o caso nos últimos anos.

**Durante o mês de Setembro e face ao que foram as reivindicações dos Sapadores Bombeiros, o STML desenvolveu uma séria de visitas aos Quartéis do RSB, com o propósito de conhecer e avaliar as obras e melhoramentos que foram realizadas. Infelizmente muitos dos problemas identificados foram mal resolvidos, originando em alguns casos o surgimento de novas situações que em nada contribuem para a melhoria das condições de trabalho destes profissionais. Resta-nos afirmar, também neste contexto, a ausência de uma vontade séria e interessada daqueles que hoje têm a responsabilidade de liderança, quer política quer hierárquica.**



## Comissão da Limpeza Urbana Não baixar os braços, lutar e conquistar!

Findo o período habitual de férias e supostamente com as “baterias recarregadas”, temos agora pela frente sérios problemas para resolver.

Conforme informámos nas duas últimas edições deste Boletim, vários e graves são os problemas que se têm vindo a constatar ao longo dos últimos tempos. Quer na CML como em muitas Juntas de Freguesia, esses problemas não só se mantêm, como se agravaram com o passar do tempo. Não nos resta assim outra solução que não passe pelo caminho da união e da confiança, da organização e da luta para, mais uma vez, as vezes que forem necessárias, no fazermos ouvir, mostrando a força que temos e exigindo respostas e soluções aos nossos problemas.

Em relação à CML, denunciámos e criticámos o ressurgimento de situações mais típicas do “tempo da nossa senhora”. Tivemos conhecimento de alguns casos de perseguições, com ameaças e represálias junto dos trabalhadores. Atitudes que, como não podia deixar de ser, foram imediatamente repudiadas pelo Sindicato e expostas aos responsáveis hierárquicos e políticos da autarquia.

Outros problemas nos merecem atenção, como por exemplo a prática de se não continuar a fazer determinados circuitos de remoção devido à gritante falta de veículos operacionais para esse fim.

Por outro lado, não deixando de valorizar a entrada de cerca de 20 trabalhadores a recibos-verdes (para cantoneiros de limpeza) nas últimas semanas de Agosto, reafirmamos que este número não resolve de todo a gritante falta de pessoal que ainda hoje é visível.

Carência de recursos humanos que obriga a um constante e maior desgaste daqueles que atualmente desempenham estas tarefas. Uma constatação que foi demasiado perceptível durante os meses de férias, confirmando na prática os alertas e as críticas que esta Comissão e o Sindicato por inúmeras vezes fizeram junto do Executivo Municipal.

Numa dimensão paralela mas sempre interrelacionada com o já referido, criticámos a prática que determina a alteração de horário dos trabalhadores do turno da noite de alguns locais de trabalho. Na origem destas decisões, sempre constrangedoras para a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, a falta de veículos de remoção. O caso ganha contornos irrealis e inaceitáveis quando aos cantoneiros que não podem trabalhar porque não há viaturas operacionais, lhes é solicitado na mesma noite em que se apresentam ao serviço, que regressem a casa e que se apresentem na manhã seguinte para efectuarem a recolha que nessa noite não foi feita.

**Na realidade que diz respeito às Juntas de Freguesia, criticámos, uma vez mais, a passividade com que a CML intervém junto dos respetivos Presidentes de Junta sobre a resolução do já velho problema das folgas não gozadas correspondentes ao tempo em que os trabalhadores pertenciam aos quadros da Câmara Municipal.**

Da parte da Comissão da Limpeza Urbana, não esquecemos e continuaremos a exigir a resolução desta situação. Aos trabalhadores pode e deve ser reposto o que é seu por direito.

É com determinação e a força de todos que alcançamos os nossos objetivos, obtendo respostas positivas às nossas reivindicações, repondo e conquistando direitos.



## Da urgência em contratar jardineiros!

Da luta travada pelos trabalhadores da CML em Junho de 2014, culminando um longo processo reivindicativo liderado pelo STML, foi possível colmatar em alguma medida a carência de pessoal que se fazia sentir de forma dramática em importantes setores operacionais do município.

À luta dos trabalhadores associada ao eminente colapso na prestação de inúmeros serviços públicos municipais, o executivo chefiado primeiro por António Costa e agora por Fernando Medina, não teve outro caminho que não o de abrir concursos para admissão de pessoal.

Sabemos que a entrada de novos trabalhadores para a limpeza urbana, oficinas, brigada de coletores, cemitérios entre outros setores, continua ainda muito longe de satisfazer as reais necessidades destes serviços públicos. Contudo, outros existem onde esta decisão política não foi sequer assumida como no caso dos jardineiros, categoria profissional que há largos anos se encontra numa rota de extinção.

Dos mais de mil trabalhadores-jardineiros que existiam na autarquia nos anos 1980-1990, constatamos atualmente perto de cem. Realidade à qual se soma o facto de há mais de 15 anos não serem abertos concursos de admissão de pessoal para esta categoria profissional. Acresce o subaproveitamento da Escola de Jardinagem face ao que deveriam ser as suas principais missões, isto é, a formação de novos jardineiros, porque também ela sujeita à desvalorização que este setor profissional tem sido alvo.

Indissociável desta constatação, a política de gestão e manutenção dos espaços verdes da cidade marcada por concessões sucessivas a empresas privadas de um serviço que é público e como tal deve ser realizado exclusivamente pela CML.

Todavia, as opções políticas assumidas na maior autarquia do país na última década e meia por PSD/PS têm privilegiado, não só a degradação do espaço público, no que aos espaços verdes diz respeito, com evidentes prejuízos na qualidade de vida dos

lisboetas, mas também a diminuição das condições de trabalho dos jardineiros municipais que ainda resistem a uma política que os considera inúteis e descartáveis, recordando o sentido das declarações do Vereador Sá Fernandes proferidas há poucos anos em Sessão de Câmara.

**Além de inverter a política que concede milhares e milhares de euros a empresas privadas para tratar de espaços verdes que depois deixam ao desbarato, cabendo aos trabalhadores da CML resolver os problemas criados, interessa também com a maior urgência que o executivo municipal decida pela abertura de concursos públicos para a admissão de trabalhadores jardineiros.**

À margem das opções com as quais não concordamos, porque evidente as consequências negativas para trabalhadores, população e a própria cidade, não deixaremos de exigir o reforço e a recapitação dos jardineiros municipais num sentido que obrigatoriamente se relaciona também com a valorização dos espaços verdes de Lisboa colocando-os à disposição de todos, em qualidade e quantidade adequada, geridos, tratados e acompanhados por quem sabe da poda como se costuma dizer.

À CML e ao seu Presidente Fernando Medina, caberá exclusivamente o ónus de responder positiva e satisfatoriamente a estas reivindicações. O STML não deixará, por seu lado, de as relembrar sempre que necessário.



## Das obras no refeitório do Edifício da Rua Alexandre Herculano

**Da saga de episódios que nos últimos anos têm marcado negativamente as condições de trabalho no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, até ao momento sem respostas satisfatórias do executivo municipal, soma-se mais um envolvendo a utilização do refeitório instalado no 8º piso deste local de trabalho.**

Em Julho último foi-se conhecendo pelos corredores do edifício a intenção em encerrar o refeitório por um período mínimo de três meses. Na sua justificação as obras de melhoramento que se perspectivavam realizar.

Questionado pelos trabalhadores sobre esta situação, o STML de imediato procurou confirmar a veracidade da mesma e as soluções que em alternativa estariam a ser equacionadas de forma a garantir as refeições diárias.

Informalmente foi possível apurar que esta decisão, imputada aos SSCML (agora responsáveis pela gestão dos refeitórios), poderia revelar alguma precipitação considerando não estarem ainda acauteladas as referidas soluções alternativas pela autarquia. Contudo, através do DSHS, ficou assumido o compromisso de trabalhar positivamente no sentido de minimizar os constrangimentos que seriam de todo expetáveis.

Duas semanas depois a CML divulga junto dos trabalhadores o início das intervenções para 8 de Agosto, ficando o refeitório definitivamente encerrado a partir do dia 5 deste mês.

Sublinhamos que nunca o Sindicato e muito menos os trabalhadores foram consultados ou chamados a debater este problema que óbvia e diretamente influi no seu dia-a-dia profissional. Uma prática que mais uma vez criticamos e que a CML parece, infelizmente, querer institucionalizar principalmente nos assuntos relacionados com este local de trabalho.

Comunicado aos trabalhadores foi também a possibilidade de terem as suas refeições, em alternativa, no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). Refeições porém limitadas a 30 pessoas (!). Terá a CML noção de quantos trabalhadores almoçavam diariamente neste Refeitório Municipal?

Pelos números de 'senhas' diárias disponibilizadas, parece que não. Terão tido em consideração também os trabalhadores aposentados? A resposta parece seguir no mesmo sentido. Acresce o facto de muitos dos trabalhadores que, trazendo as refeições diárias de casa, deixaram de ter um espaço adequado e alternativo (copa seca) para almoçar.

**Como sempre afirmamos, o STML continuará a exigir à CML e não aos SSCML, todos os esclarecimentos sobre os assuntos que direta ou indiretamente envolvam os refeitórios municipais e as condições de trabalho de quem os mantêm a funcionar e a quem a eles recorre diariamente para almoçar. Não aceitaremos ainda que a CML venha a responsabilizar os SSCML por matérias que lhe cabem resolver exclusivamente.**

Por último, é pertinente lembrar que durante os meses de Julho e Agosto, os problemas há muito identificados, nomeadamente a ausência ou ineficácia de equipamentos de ar condicionado, ganharam uma dimensão acrescida face às elevadas temperaturas que se fizeram sentir. Por exemplo, dias houve em que no período das 09h30 e as 17h00, as temperaturas dentro das salas atingiram os 29 aos 32 graus. Ventoinhas, poucas, foram as respostas possíveis, sempre insatisfatórias como sabemos.

Acrescem as janelas degradadas que se no Verão não são obstáculo ao ar quente, com a chegada do Inverno, também não o serão com o ar frio. Dos elevadores e depois da sua reparação triunfante, surgem, mesmo que pontualmente, as pequenas avarias que culminarão, como é previsível, numa paragem mais prolongada.

Estes são apenas alguns dos problemas aos quais tardam respostas apropriadas, apesar de já terem sido transmitidos por inúmeras vezes aos responsáveis máximos da Câmara Municipal. Problemas que persistem e se agravam com o passar do tempo e aos quais agora se somam as obras no refeitório, mais uma vez decididas apressadas e irrefletidamente. O conceito *planeamento* parece não existir na mente de quem hoje toma decisões na Câmara Municipal de Lisboa.



## A saga da transferência de trabalhadores para o Edifício Entreposto

Após o abandono das instalações do Complexo de Alcântara decorrente da venda destes terrenos ao Grupo Mello Saúde (por um euro acima do preço estabelecido pela CML), trabalhadores e serviços que ali estavam sediados foram transferidos para o Edifício Entreposto nos Olivais.

**Desde logo o STML interveio colocando uma série de dúvidas quanto à qualidade das condições de trabalho que seriam disponibilizadas no espaço alugado por 5 anos e 3,5 milhões de euros.**

Enfatizaram-se as preocupações quanto à densidade de postos de trabalho por área disponível, à luminosidade adequada, à qualidade do ar, à exposição do ruído ou ainda à manutenção da certificação do laboratório de acústica.

No entanto, tivemos conhecimento de outros problemas que foram sendo detetados, nomeadamente a inexistência de estores em vários espaços ou da ausência de água na zona destinada a refeições; mas também à insuficiência de casas-de-banho e de lugares de estacionamento (mesmo para carros de serviço); de mesas de trabalho para análise de projetos e de espaço para guardar materiais e ferramentas de trabalho em número inadequado, ou ainda à falta de espaço próprio ao funcionamento de plotters e impressoras.

No âmbito da segunda fase de transferência de serviços, neste caso da DMHU e da DMEVAE instalados até agora no Complexo Municipal da Boavista, o STML fez parte da comitiva que no passado dia 8 de Setembro visitou as futuras instalações. Segundo parece, os serviços da DMHU serão transferidos na semana de 19 a 23 de Setembro, enquanto os da DMEAVE na semana seguinte, ficando um grupo de 11 trabalhadores da DMHU para os primeiros dias de Outubro.

Da referida comitiva, além de representantes de outros sindicatos, fizeram parte o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, chefias várias e alguns trabalhadores dos serviços envolvidos.

Tratando-se da repetição do processo que envolveu a transferência dos trabalhadores do Complexo de Alcântara, procurou-se identificar os eventuais problemas principalmente a nível de saúde e segurança no trabalho, sem desvalorizar os tópicos em torno das acessibilidades e espaços para refeições.

À margem destas matérias, que acreditamos estarem por enquanto salvaguardadas até porque a CML/RH retirou as devidas ilações do que menos bem correu na primeira fase de transferências, não deixamos de criticar a relativa obsessão por parte do Executivo Municipal em acelerar um novo processo que, no caso dos trabalhadores do Complexo da Boavista, carece em toda a linha de justificações minimamente fundamentadas.

Porquê esta crítica? Porque o terreno onde está situado o Complexo da Boavista não foi ainda alienado e não existe inclusive perspectivas de prazos nesse sentido. Desconhecemos assim o porquê de tantas pressas.

Se acrescentarmos a intenção referida pelo Vereador João Paulo Saraiva de um novo processo de mudança dentro de 12 meses envolvendo estes mesmos trabalhadores, agora do Edifício Entreposto para o Complexo dos Olivais 2, não se compreende as razões que impõem um duplo transtorno num curtíssimo espaço de tempo, sabendo à partida que estes processos são sempre acompanhados de inevitáveis constrangimentos, inclusive no funcionamento dos próprios serviços.

**Constatamos, mais uma vez, a ausência de uma política municipal que tenha em conta um planeamento sério, responsável e consequente de forma a respeitar e valorizar os principais interessados, ou seja, os trabalhadores. Valorizar, como fazem os responsáveis políticos da autarquia, o “processo dinâmico e participado envolvendo dirigentes, os trabalhadores e os seus representantes”, não é propriamente muito democrático, nem muito saudável num contexto de factos consumados...**

O que sabemos com certeza, é que o STML continuará a acompanhar este processo e não deixará de exigir à CML o respeito pelos direitos dos trabalhadores em causa.



## STML reúne com o vice-presidente da CML

**Decorreu no passado dia 31 de Agosto, uma reunião entre a direcção do STML e o Vice-Presidente da CML (Duarte Cordeiro), responsável pelo pelouro da Higiene Urbana. Nesta reunião participou também o Vereador responsável pelos pelouros dos Recursos Humanos e Finanças.**

Dando resposta à solicitação do STML, procurou-se discutir nesta reunião a situação na Higiene Urbana e nas Oficinas de Manutenção Mecânica. Sinteticamente, deixamos nota sobre os temas concretos abordados. Assim,

### **Carência de pessoal**

A insuficiência atual de cantoneiros de limpeza demonstra que os números identificados em 2014 (150) não respondem às necessidades atuais. Nestes dois anos, houve uma redução de trabalhadores, principalmente por aposentação, além do acréscimo das responsabilidades assumidas pela CML, como a lavagem da Baixa Lisboa, entre outras, que implicam mais meios humanos.

Da parte do Executivo, houve compreensão face ao problema exposto, assumindo que a reserva de recrutamento do processo concursal (em curso) servirá para colmatar as necessidades de cantoneiros de limpeza, mantendo um número de efectivos suficientes para o bom desempenho da LU.

Por outro lado, afirmam que a reposição do número de CMPVE (motoristas) tem sido feita recorrendo aos cantoneiros que possuem as habilitações necessárias à função, procedendo-se à mobilidade na carreira nesta situação.

### **Degradação das viaturas pesadas de remoção**

Sobre este problema, o Vice-Presidente afirmou que o concurso público (a decorrer) de aquisição de viaturas resolverá uma parte deste problema. Neste sentido, está prevista a entrega de 13 novas viaturas até ao final deste ano. Refere ainda que as 79 viaturas adquiridas através deste concurso, serão recebidas na íntegra até 2020 (à razão de 20 por ano).

### **Dos problemas nas Oficinas do DRMM**

Segundo o Executivo a renovação progressiva da frota terá reflexos positivos no funcionamento das oficinas do DRMM. O STML alertou para a necessidade de formação profissional para todos os trabalhadores, tendo sido garantido que, no concurso de aquisição, a mesma está incluída.

Sobre a falta de pessoal, a CML assumiu não ter obtido os resultados desejados na procura pelas listas de candidatos aos concursos de admissão para Assistentes Operacionais (que ainda decorrem), de operários para este sector. O STML reafirmou assim a necessidade urgente da autarquia em lançar processos concursais específicos para suprir estas carências, ideia bem aceite pelo Executivo.

### **Obras e processos de transferência de trabalhadores e serviços**

Em relação à construção do novo posto dos Olivais que acolherá 600 cantoneiros de limpeza, o Executivo afirma que no princípio do próximo ano, a obra estará concluída. Este processo implicará por isso a reconfiguração da rede de postos de apoio à LU na cidade, sendo que alguns serão cedidos às JF.

### **O início das obras de remodelação da área dedicada aos serviços técnicos e administrativos do Complexo dos Olivais (DRMM) ainda não tem data prevista**

Por outro lado, a mudança dos serviços da DMHU e DMEVAE, atualmente no Complexo da Boavista, está prevista para o final de Setembro. Reafirmámos a nossa incompreensão pela saída destes trabalhadores, uma vez que o terreno do Complexo da Boavista ainda não foi vendido. Aliás, neste equipamento manter-se-ão a funcionar vários serviços operacionais, além do refeitório e da lavandaria.

Por último, o Vice-Presidente informou sobre a composição da nova direcção da DMHU e, questionado sobre os Serviços Municipalizados, afirmou que a CML já prestou os esclarecimentos exigidos pela ERSAR, estando em condições para iniciar a conclusão deste processo.

Sobre este último ponto, o STML reafirmou a exigência de informação detalhada e atempada sobre a constituição destes serviços e as implicações que terão para os trabalhadores.



## **Proposta Reivindicativa Comum 2017 *Defender os salários e os direitos dos trabalhadores da Administração Pública!***

Durante o mês de Setembro, os Sindicatos da FCSAP (Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública) irão informar, debater e concluir a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para o ano de 2017 com os respetivos trabalhadores.

A discussão da PRC deverá ser concluída na Cimeira da FCSAP, prevista para 29 de Setembro, onde será apresentada a versão final a entregar ao Governo. Iniciar-se-á no momento formal da entrega da PRC o processo negocial enquadrado pela discussão do Orçamento do Estado para o próximo ano.

A PRC é um documento fundamental para os trabalhadores de toda a Administração Pública (Central, Regional e Local), refletindo as suas reivindicações a nível de direitos sociais e laborais, mas também de rendimentos. É também uma forma de afirmação dos trabalhadores da Administração Pública (AP), defendendo o seu direito à negociação coletiva, nos últimos anos colocado em causa de várias formas. Não esqueçamos que os últimos Governos optaram sempre pelo caminho da farsa negocial em detrimento de um processo democrático e transparente que respondesse de facto às expectativas dos trabalhadores.

É inegável o papel fundamental que os trabalhadores da AP têm na defesa das funções sociais do Estado e na prestação de serviços públicos de qualidade e essenciais à população. Garantem por exemplo os direitos constitucionais do acesso à saúde, educação e segurança social. São indispensáveis à materialização do poder local democrático, enquanto parte ativa e central da administração pública local. Um setor público forte, determinante para o desenvolvimento económico, social e cultural do país, não pode nem deve descurar os seus trabalhadores.

Contudo, os sucessivos governos, em especial o último do PSD/CDS, têm desferido profundos ataques aos serviços públicos e aos trabalhadores que os corporizam, provocando a sua erosão e o seu enfraquecimento. Na origem desta política, o objetivo ditado pela lógica neoliberal que privilegia a entrega ao setor privado da exploração das áreas de interesse público.

Dando sequência às directrizes da troika, o governo de Passos e Portas, aprofundou o ataque aos trabalhadores da AP, roubando salários e pensões, retirando direitos, aumentando a jornada de trabalho, precarizando os contratos de trabalho, promovendo o despedimento. Em suma, degradando significativamente a sua qualidade de vida.

Esta política de austeridade aplicada em nome da resolução da dívida pública e da redução do défice orçamental, com forte cariz ideológico capitalista, fez disparar a pobreza, o desemprego, a emigração, conduzindo o país à miséria, sem resolver qualquer dos problemas anunciados, muito pelo contrário, agravando-os inclusive.

**Sob a capa da austeridade, a política neoliberal desenfreada foi derrotada nas eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015. Destas eleições resultou a formação de um Governo do PS, sustentado pela nova correlação de forças na Assembleia da República. Foi assim possível inverter o rumo desastroso imposto pela direita.**



### **Das medidas aprovadas durante este ano, revertendo as opções implementadas pelo anterior governo, destacam-se:**

- Reposição dos cortes nos salários acima dos €1.500,00 (na totalidade em Outubro);
- Redução da sobretaxa de IRS - totalmente eliminada em 2017;
- Reposição da jornada de trabalho semanal para as 35 horas (apesar de ainda não estar aplicado a todos os trabalhadores);
- Reposição dos quatro feriados;
- O fim da limitação à abertura de concursos para admissão de pessoal nas autarquias.
- No entanto, estamos ainda longe do que é justo, necessário e possível. Para aprofundar o caminho encetado, é incontornável assumir plenamente a luta para repor e conquistar direitos e rendimentos. Como prioridades, exigimos:
- Actualizar o salário mínimo da administração pública para 600,00€ com subsequente repercussão na tabela salarial única;
- Promover o aumento dos salários e das pensões em 4%, com um aumento mínimo de 50,00€;
- Descongelar as progressões das posições remuneratórias;
- Repor o valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50% pela primeira hora, 75% por cada hora ou fracção subsequente em dia útil e 100% por cada hora em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar e em dia feriado, reposição do descanso compensatório;
- Actualizar o subsídio de refeição para 6,50€
- Repor do pagamento do subsídio de Natal em novembro a todos os trabalhadores;
- Repor os dias de férias roubados.
- Imprescindível também:
- Revogar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Repor e aplicar o vínculo de nomeação a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas;

- Revogar o SIADAP - sistema de avaliação de desempenho;
- Repor as categorias profissionais de acordo com os seus conteúdos funcionais anteriores à entrada em vigor da Lei 12-A/2008;
- Identificar e regulamentar as carreiras de desgaste rápido;
- Regulamentar a legislação dos suplementos de penosidade, insalubridade e risco;
- Criação do suplemento de isenção de horário de trabalho, disponibilidade e tempo de espera;
- Repor a forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- Eliminar a precariedade na Administração Pública, abrindo procedimentos concursais que garantam a vinculação de todos os trabalhadores que estejam a desempenhar funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços;
- Por fim a quaisquer bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Central, Regional ou Local;
- Revogar a lei da requalificação, colocando nos serviços os trabalhadores em regime de requalificação e mobilidade;
- Defender a ADSE e mantê-la como sistema complementar de saúde da AP, reduzindo o valor das contribuições, para 1,5% por mês, sobre o período de 12 meses, alargada aos trabalhadores de toda a AP, independentemente do tipo de vínculo.

**Esperamos agora que o processo negocial a iniciar com o Governo sobre as reivindicações apresentadas, decorram com seriedade e, principalmente com resultados. Não deixaremos de exigir nesse sentido e a todo o momento, o respeito pelo Direito efetivo à negociação coletiva.**

Será também um ponto de ordem inadiável, concluir um acordo prévio com o Governo sobre o método negocial, o qual deve garantir a concretização de um efectivo direito à informação, estabelecer os conteúdos a negociar e os respectivos calendários, assegurando a capacidade de decisão em relação ao acordado.

## Pelas Juntas de Freguesia...



Junta de Freguesia de Carnide



Junta de Freguesia de Alvalade

**Dando continuidade aos processos que procuram resolver os problemas dos trabalhadores das Juntas de Freguesia da cidade, o STML entregou formalmente mais dois Cadernos Reivindicativos aos executivos da Junta de Carnide, a 27 de Julho e da Junta de Alvalade a 3 de Agosto, respetivamente.**

Tendo sido estas as primeiras reuniões de discussão sobre as reivindicações devidamente descritas e fundamentadas dos trabalhadores de uma e outra Junta, ficaram previstas novas reuniões com os respetivos responsáveis políticos no sentido de aprofundar os caminhos que materializem as soluções correspondentes às expectativas de trabalhadores e Sindicato.

**Realçamos, em ambas as Juntas, a abertura e disponibilidade dos seus responsáveis para a resolução dos vários problemas identificados.**

Assim, na Junta de Carnide, foram abordados os temas que vão desde a regularização dos vínculos precários e dos processos de mobilidade intercarreiras e intercategorias; ao respeito pelo perfil profissional; ao pagamento de todos os montantes remuneratórios aos trabalhadores acidentados, incluindo a média do trabalho extraordinário realizado nos seis meses antes do episódio incapacitante; às matérias envolvendo o seguro de trabalho e o acesso à Medicina do Trabalho; aos processos de avaliação de desempenho ou à formação profissional.

No âmbito de instalações e equipamentos, realçou-se a necessidade de aquisição de fardamento e a criação do stock adequado. Enfatizou-se ainda a prioridade em avançar com obras e intervenções de natureza diversa no Posto de Limpeza do Bairro Padre Cruz, sem esquecer também o Posto de Limpeza situado na sede da Junta. Em ambos os equipamentos foram ainda identificadas e referidas as carências a nível dos secadores de toalhas e roupas.

Na Junta de Alvalade, tópicos idênticos estiveram em cima da mesa, nomeadamente o problema recorrente que passa pela regularização dos vínculos precários e dos processos de mobilidade intercarreiras e intercategorias; ao respeito pelo perfil profissional; ao pagamento de todos os montantes remuneratórios aos trabalhadores acidentados; ao acompanhamento e tratamento na Medicina do Trabalho ou à avaliação (SIADAP) e formação profissional. Em termos de instalações e equipamentos, sensibilizou-se para a importância da aquisição de fardamentos em qualidade e quantidade suficiente com a criação do respetivo stock, à urgência em avançar com a instalação de secadores no Posto de Limpeza das Murtas, resolvendo ainda o problema de climatização que se faz sentir neste local de trabalho.

**Considerando a complexidade e quantidade dos problemas identificados, ficaram previstas novas reuniões de trabalho com as duas Juntas para o fim de Setembro, inícios de Outubro. Sabemos que estamos no caminho certo e continuaremos a trabalhar para que todos os problemas que afetam os trabalhadores sejam resolvidos.**

Por último, prevê-se a breve trecho iniciar um processo idêntico com a Junta de Freguesia do Lumiar. Quanto às restantes, aguardamos uma resposta dos respetivos executivos às interpelações do Sindicato, das quais daremos conta oportunamente.



## Conselho Nacional da CGTP-IN reuniu a 7 de setembro

Nesta reunião foi analisada a situação política/sindical geral, tendo os conselheiros informado sobre as lutas em curso ou previstas para os diversos sectores.

Consensual neste encontro, foi a importância determinante para uma maior disponibilidade de todos os trabalhadores na luta pela reposição e conquista de rendimentos e direitos. Desconstruir as teses que motivam o conformismo e a resignação, é um passo também ele determinante nesse sentido.

Por outro lado e como é público, o Orçamento do Estado para 2017 está em preparação. Sucodem-se as ameaças externas por parte da UE, aplaudidas pela direita interna, com o objectivo de travar e inverter o rumo da política de reposição de salários e direitos.

Para a CGTP-IN, este Orçamento não pode deixar de responder às necessidades dos trabalhadores, com medidas que assegurem o aumento dos salários e de todas as pensões de reforma; a extinção da sobretaxa do IRS, o alargamento dos escalões e o aumento da dedução à colecta nas despesas com a Saúde, Educação e Habitação.

Neste contexto, o Conselho Nacional aprovou uma Resolução, da qual destacamos as suas principais linhas de acção:

- Dinamizar a acção e a luta reivindicativa nas empresas e locais de trabalho;
- Aumento dos salários em pelo menos 4%, não podendo o acréscimo salarial ser inferior a 40€;
- Aumento do Salário Mínimo Nacional para 600€, com efeitos a 1 de Janeiro de 2017 e a sua elevação progressiva, com revisão a 1 de Janeiro de cada ano;
- O aumento de todas as pensões de reforma;
- Intensificar a Campanha Nacional Contra a Precariedade, pelo emprego com Direitos;
- Lutar pelas 35h de trabalho semanal para os trabalhadores de todos os sectores de actividade;
- Dar um impulso à organização sindical de base, reforçando a sindicalização e a eleição de delegados sindicais e de RdT's para a Segurança e Saúde no Trabalho;
- Assinalar o 46º aniversário da CGTP-IN com a realização, entre 26 e 30 de Setembro, de uma "Semana Nacional de Esclarecimento, Reivindicação e Luta";
- Promover uma Petição para exigir a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a entregar na Assembleia da República no mês de Novembro.

Na capacidade de organização e luta de todos, a possibilidade de alcançar uma vida melhor!

## 8ª Conferência Nacional da Interjovem

Em estreita articulação com os sindicatos e os diferentes níveis da estrutura sindical, portadora dos princípios, valores e objetivos da CGTP-IN e dando concretização às suas orientações para a dinamização do trabalho junto da juventude trabalhadora, a **INTERJOVEM/CGTP-IN** consolidou-se como a força de referência da luta dos jovens trabalhadores.

É assim que, batendo-se em defesa dos direitos e aspirações desta camada específica de trabalhadores, tendo, ainda, como referências essenciais o enorme legado da Revolução libertadora do 25 de Abril e as conquistas consagradas na Constituição da República Portuguesa, a INTERJOVEM/CGTP-IN tem dado um contributo importante para a afirmação, junto da juventude trabalhadora, do papel e importância dos Sindicatos, da natureza de classe e dos princípios de massas, unidade, independência, democracia e solidariedade que enformam o projeto sindical protagonizado pela CGTP-IN e pelo Movimento Sindical Unitário.

Com os objetivos de analisar a situação política, económica e social, nacional e internacional, discutir o papel da INTERJOVEM/CGTP-IN no contributo que dá para a definição de orientações gerais de intervenção dos sindicatos junto dos jovens trabalhadores nas suas empresas e locais de trabalho ou em iniciativas na rua, definir metodologias de trabalho com vista ao reforço da estrutura sindical existente e aprofundar a discussão sobre os problemas que afetam os jovens trabalhadores, de forma a criar resistência e dinamizar a reivindicação e a luta pela superação dos problemas, realiza-se a **8ª Conferência Nacional da Interjovem**, no dia 21 de Outubro, em Lisboa, sob o lema **"Contra a precariedade, exigimos estabilidade! + Sindicalização + Organização + Luta"**.

Sendo a INTERJOVEM/CGTP-IN um espaço de trabalho coletivo e de direção para a ação e também um espaço de formação de quadros sindicais, essencial para o presente e o futuro dos sindicatos, tem também esta Conferência o objetivo de eleger a sua Direção Nacional para o próximo quadriênio.

O STML estará representado por 2 Delegados, que lhe cabem em função do que está estipulado no Regulamento de Funcionamento da Conferência. Nos próximos dias, a Área de Trabalho dos Jovens do nosso Sindicato, iniciará os trabalhos visando a preparação para este encontro nacional procurando envolver os jovens trabalhadores e quadros sindicais do município de Lisboa.



## Recusamos para 2017 novos congelamentos salariais!

**Como é normal nesta altura do ano, entramos na discussão sobre o Orçamento do Estado (OE) para 2017. Trata-se da proposta de Lei que irá nortear a ação do Governo no próximo ano e que muito concerne aos trabalhadores da administração pública.**

**O OE é um documento estratégico na ação a desenvolver por qualquer governo e onde estão expressas, entre muitas outras e complexas matérias, as opções políticas em termos salariais e restantes questões que, direta ou indiretamente revelam uma natureza pecuniária, no que ao longo dos anos tem sido eufemisticamente denominada da despesa pública do Estado em recursos humanos.**

Contudo, é preciso não esquecer que são os trabalhadores da administração pública local, central e regional, sem desvalorizar ainda o sector empresarial do Estado, que consubstanciam, materializam e corporizam as funções sociais e os serviços públicos que ao abrigo da Constituição da República Portuguesa, esse mesmo Estado é obrigado a respeitar, garantir e prestar aos portugueses.

Os trabalhadores do setor público são assim parte indispensável no Estado de Direito Democrático conquistado com a Revolução do 25 de Abril de 1974. Porém, inversamente ao que poderíamos julgar, foram profundamente mal tratados, principalmente nos últimos anos.

Foram estes mesmos trabalhadores que desde 2011 viram os seus salários reduzidos (verdadeiro esbulho), numa decisão do então Governo do PS liderado por José Sócrates. Um esbulho aprofundado e agravado pelo Governo do PSD/CDS de Passos derrotado nas últimas eleições legislativas.

Não esquecemos ainda os sucessivos congelamentos que há anos implicam uma redução efetiva do poder de compra face ao aumento, também ele sucessivo, do preço dos bens de consumo, da eletricidade, do gás, dos combustíveis, dos bens alimentares, das rendas, etc., etc., etc...

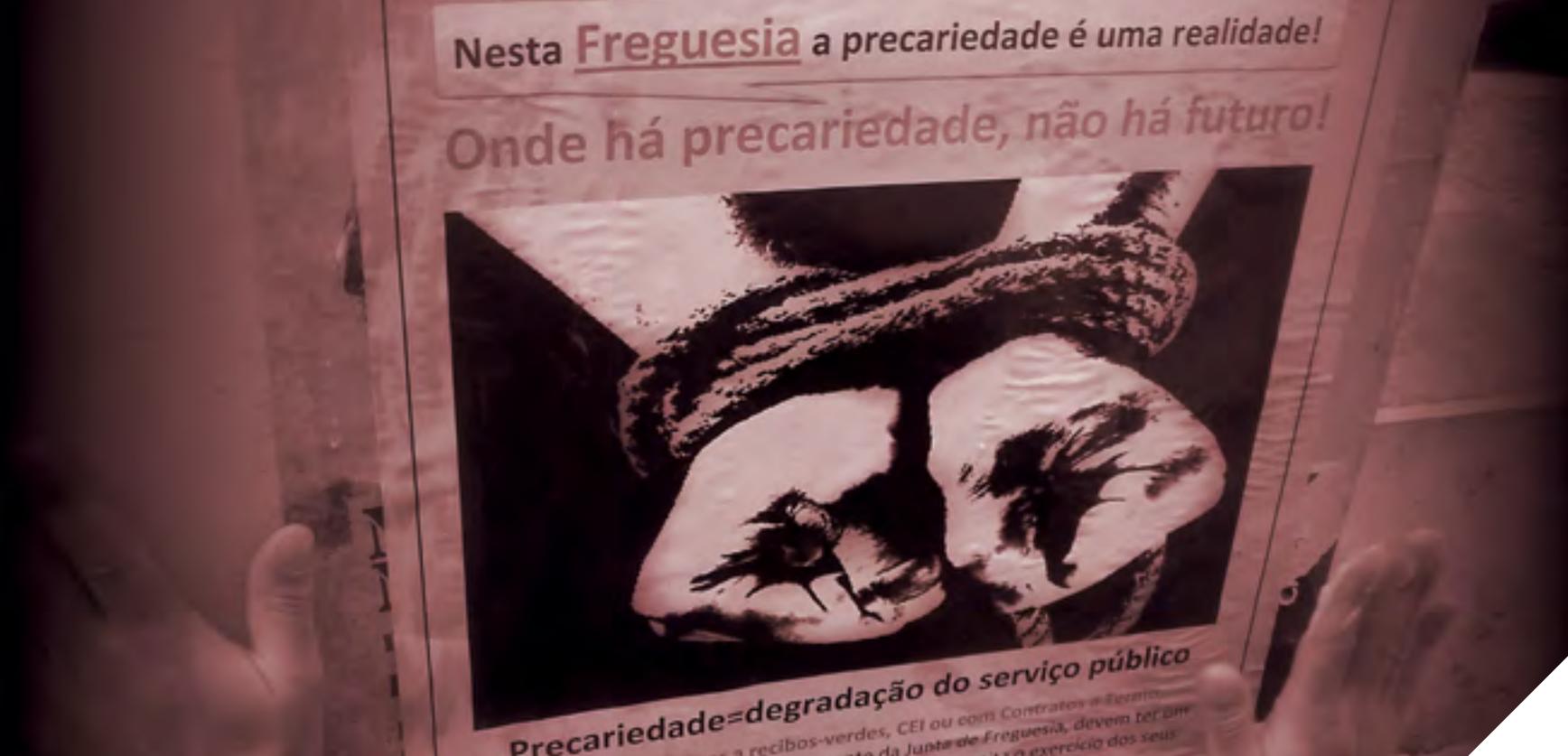
Por estas e muitas outras razões, não podemos aceitar que passe mais um ano sem que os salários e pensões dos trabalhadores da administração pública sejam de facto valorizados, fazendo corresponder o aumento real que há demasiado tempo lhes é negado injustamente.

Se em 2016 foi recuperada uma parte (importante mas ainda insuficiente) do roubo a que os trabalhadores foram sujeitos pelo anterior Governo, devemos agora criar condições para que este caminho seja consolidado, defendendo uma política que de facto valorize salários e pensões.

**É neste caminho que a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) se encontra. Enquanto estrutura específica da CGTP-IN que engloba os sindicatos mais representativos do setor público, incluindo o STML, iniciará as reuniões de negociação com o Governo tendo em vista a apresentação e discussão na Assembleia da República da sua proposta de Lei do OE que deverá integrar o mais possível as reivindicações que respeitem e dignifiquem os rendimentos e os direitos dos trabalhadores do setor público.**

A proposta do OE será sempre da responsabilidade do atual Governo, mas o seu conteúdo e objetivos será sempre o resultado da capacidade de organização e luta dos trabalhadores, que não podem e não devem baixar os braços no momento em que se discute o futuro dos seus direitos, salários e interesses. Desta força dependerá o seu, o nosso futuro.

Desde já asseguramos liminarmente que não aceitaremos qualquer caminho que aponte novos congelamentos salariais, assumindo com os trabalhadores todas as formas de luta necessárias e oportunas nesse sentido.



## Urge combater a precariedade na cidade de Lisboa!

**Uma das principais iniciativas anunciadas no XVII Congresso da CGTP/IN foi o lançamento de uma campanha nacional contra a precariedade.**

Sendo esta uma das maiores chagas sociais atualmente vividas pelos trabalhadores do nosso país, principalmente pelos jovens trabalhadores e conhecidas todas as consequências negativas para a vida profissional, pessoal e familiar de quem nesta situação se encontra, a precariedade está fortemente implementada, não só no setor privado, mas também no setor público.

No Município de Lisboa, consequência das políticas do anterior governo PSD/CDS que proibiu as autarquias de contratar pessoal, mas também das opções políticas do PS na cidade, nomeadamente no processo desagregador que foi a transferência, primeiro de competências e depois de património e trabalhadores para as Juntas de Freguesia, banalizou-se e generalizou-se o recurso às várias formas de precariedade (recibos-verdes, estágios profissionais, contratos sazonais, contratos a termo ou contratos emprego-inserção).

Nestes últimos três anos, foi assim evidente o aumento exponencial do número de trabalhadores com vínculo precário. Atualmente e pelos dados que dispomos, existem em Lisboa cerca de 2.500 pessoas numa das várias situações referidas. Nas Juntas de Freguesia evidencia-se o grosso desta triste realidade.

**O recurso a este tipo de contratação não é uma inevitabilidade.**

Algumas Juntas de Freguesia abriram concursos públicos para admissão de pessoal, valorizando o vínculo laboral estável e com Direitos através da celebração de um *Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado*. Todavia, muitas outras optaram pelo via da contratação precária.

A imensa maioria dos trabalhadores precários desempenha tarefas indispensáveis, face ao que são hoje as responsabilidades das Juntas perante as suas populações. Referimo-nos às áreas administrativas, mas também da limpeza urbana às escolas, da manutenção de jardins e espaço público à gestão e funcionamento dos Mercados.

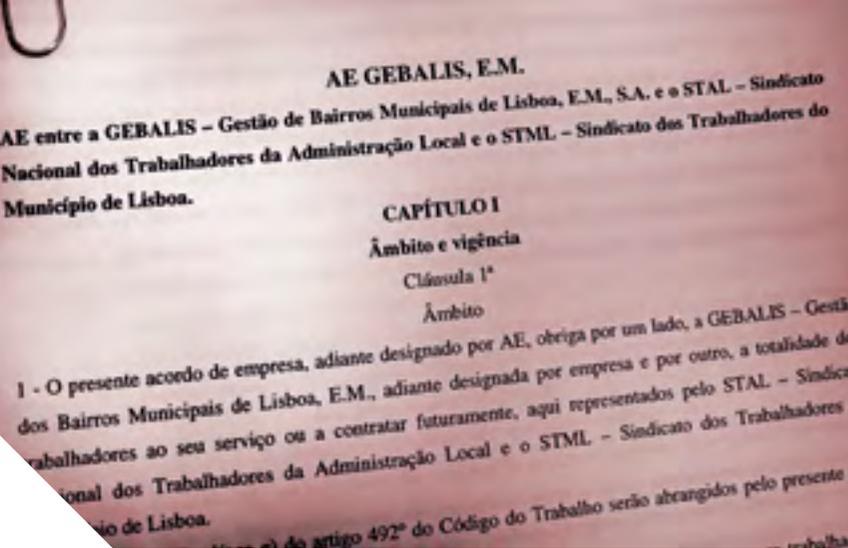
Como é sabido, a precariedade afeta, em primeiro lugar, os próprios trabalhadores e as suas famílias que nunca sabem como será o dia de amanhã. Estão amarrados indefinidamente à insegurança, ao medo, à arbitrariedade e repressão, à ameaça permanente, camuflada ou não do desemprego.

Afeta também a qualidade do serviço público, porque assenta a sua prestação, de carácter indispensável, permanente e regular, em vínculos temporários, indefinidos e inseguros. A probabilidade de um acidente de trabalho ou de uma doença profissional é sempre maior no seio dos trabalhadores precários.

**Face a este problema que urge resolver e reverter, o STML em conjunto com o STAL, decidiram avançar para a concretização de um conjunto de iniciativas de esclarecimento e denuncia junto de trabalhadores e da população de 11 Juntas de Freguesia onde a precariedade ganha contornos inaceitáveis, nomeadamente nas Freguesias do Parque das Nações, Olivais, Santa Clara, Arroios, Santo António, Santa Maria Maior, Campolide, Benfica, Alcântara, Belém e Estrela.**

Durante o período de 19 a 26 de Agosto, foram colocados cerca de 200 cartazes, espalhados pelas freguesias referidas, além de se ter distribuído uma tarjeta aos respetivos moradores e um comunicado próprio aos trabalhadores de cada Junta. A partir de Outubro, avaliaremos novas formas de ação a desenvolver, procurando dar continuidade a esta Campanha na cidade, perspetivando-se também intervenções formais nas Assembleias de Freguesia das Juntas que não assumam medidas concretas que de uma vez por todas erradique todas as formas de contratos precários.

Sendo esta uma campanha que não se esgotará nestas iniciativas e que decorrerá em paralelo com a ação de todos os sindicatos da CGTP/IN, não baixaremos os braços enquanto a cada posto de trabalho permanente, não corresponda um contrato efetivo.



## Negociação de Acordo de Empresa com a GEBALIS

Após a apresentação ao Conselho de Administração (CA) da proposta de *Acordo de Empresa* elaborada pelo STML e STAL com os trabalhadores desta empresa, iniciaram-se as reuniões de negociação, tendo inclusive a Direção da Gebalis já apresentado por sua vez uma contraproposta.

Realizaram-se até agora duas reuniões. Uma primeira para definir a calendarização das reuniões e a metodologia de trabalho. Uma segunda, iniciando a discussão do *artículo* no que diz respeito às diferenças entre a proposta dos sindicatos e a contraproposta do CA. Reuniões interrompidas durante o mês de Agosto e retomadas 13 de Setembro.

Continuamos a valorizar o empenho demonstrado pelo CA em concretizar um *Acordo* que no essencial beneficie os trabalhadores da empresa. Mantemos por isso a expectativa que a frontalidade e a boa-fé até agora patenteadas nas negociações, sejam uma marca distintiva até ao fim das mesmas.

Não esquecemos nem secundarizamos contudo, que as propostas apresentadas pelos sindicatos, justas e exequíveis, foram construídas com os trabalhadores num amplo processo democrático de auscultação. São estas as propostas que de facto respondem aos interesses e expectativas dos trabalhadores da Gebalis.

Paralelamente ao processo de negociação, o STML questionou ainda o CA sobre o serviço prestado por técnicos de gabinete, ao sábado, na Loja do Cidadão da Bela Vista. Na avaliação feita pelo Sindicato, percebemos a tentativa em aplicar o banco de horas a trabalhadores que formalmente o rejeitaram. Face a este problema, o CA comprometeu-se a analisar a situação e a informar brevemente sobre o que se estará a passar.

## Mais equipamentos, mais EGEAC?

Na EGEAC lida-se agora com a “fresquíssima” transferência dos novos equipamentos que passaram a integrar o seu universo provenientes da CML.

Para o efeito, o CA entendeu que a empresa se deve reinventar através da implementação de um novo modelo organizacional. Num mundo empresarial idílico, a forma correcta de o fazer seria, primeiramente, através de um estudo envolvendo todas as partes conhecedoras, entre elas os próprios trabalhadores, que culminasse na apresentação de uma proposta de modelo final.

**Ignorando o facto de que, qualquer modelo organizacional pressupõe que a comunicação interna seja um imperativo para o bom funcionamento desse modelo, a empresa consultora contratada para o efeito, apresentou uma proposta que, simplesmente, não é exequível.**

**Ignoraram as pessoas que nela trabalham e, lamentavelmente, também este Sindicato, que sempre fez parte das várias transformações que afetaram a EGEAC, não foi convocado para a discussão de aspectos tão importantes como determinantes contratuais. Desta forma, ter-se-ia evitado a apresentação de um modelo chumbado antes mesmo de existir.**

Atendendo à própria natureza da EGEAC, que acumula a gestão de áreas tão diversas da cultura, tais como, teatros, museus, monumentos, galerias, animação de rua, entre outros, a falta de comunicação numa estrutura multidimensional, pode revelar-se contraproducente na medida em que cada subunidade preocupa-se mais com o seu sucesso do que com o bem-estar geral da empresa.

Falhada que está a tentativa de implementação deste modelo organizacional, a EGEAC está a assumir que ainda não está preparada para fazer face às novas exigências desta acumulação de funções, desde o passado dia 1 de Julho.

Como sempre, o STML apresenta a sua disponibilidade para contribuir positivamente naquilo que são as pretensões dos trabalhadores que, obviamente influirão no desempenho da empresa.

## ESPAÇO DOS APOSENTADOS

### Aos Reformados! Aos que, em breve, se irão reformar!

Porque:

- A reforma não é o fim da vida
- Outros caminhos se vão abrir
- Não queremos esquecer amigos que o trabalho uniu
- Temos memórias para partilhar
- E lutas nossas para realizar
- Precisamos de ti!

A Comissão de Reformados do STML apela a todos os sócios já aposentados e aos que estão próximos de se aposentarem, para que se mantenham ligados ao nosso Sindicato.

Com uma quota mensal simbólica, beneficiamos de todos os direitos estatutários e participamos nas atividades da Comissão de Reformados:

- Atividades sócio culturais, incluindo visitas a museus, exposições, teatros e outros centros de interesse;
- Ações reivindicativas e de protesto, na defesa dos direitos dos reformados e das funções sociais do Estado;
- Reaproximação de companheiros de trabalho, reforçando laços sociais de partilha e solidariedade;
- Articulação com a Inter-Reformados da CGTP, que congrega todas as Comissões de Reformados dos Sindicatos.

**Reuniões: terceira quarta-feira de cada mês (exceto Agosto), às 14 horas**



Foto: © Jcornelius, 2008 – CC BY-SA 2.0 data  
<https://commons.wikimedia.org/wiki/index.php?curid=3861388>

## As opções de Medina e as dúvidas dos Trabalhadores

**Parece uma evidência: Lisboa está mesmo na moda, com hordas de turistas de todo o mundo a acorrerem à cidade. A Câmara Municipal de Lisboa (CML) aproveita a “moda” e propagandeia a cidade. Ao mesmo tempo, toma medidas, muitas delas questionáveis e duvidosas, de gestão de tráfego e espaço público que parecem delineadas mais para turista ver do que para os munícipes.**

É um facto que uma cidade é dinâmica e precisa constantemente de melhoramentos. É também verdade que, para todos vivermos melhor, há que cuidá-la e, porque não, torná-la mais bonita. Fazer obras é sempre um incómodo, mais a mais quando a pavimentação de ruas se transforma numa obra faraónica e desmesurada nos custos. Se a isto somarmos os grandes e os menos grandes eventos que vão sendo plantados sem notado critério por toda a cidade com chancela municipal, quase que nos apetece dizer que dinheiro não falta na Praça do Município.

Se as opções são discutíveis, verdadeiramente preocupante é saber quanto custa tanta cosmética e como é que ela beneficia os munícipes e os largos milhares que no seu dia-a-dia afluem à cidade, sobretudo para trabalhar. Mais a mais, quando no seu funcionamento diário a CML continua a impor a maior austeridade nas condições de trabalho dos seus funcionários, parece haver uma desconexão entre o que se passa lá fora e aquilo que todos vivemos cá dentro.

Senão, repare-se no enorme desinvestimento que a CML tem votado aos seus trabalhadores. A política de descentralização para as juntas de freguesia não parece em nada beneficiar a cidade e tem prejudicado as condições de trabalho de uma parte significativa de trabalhadores. A limpeza da cidade, sobretudo num período em que a população residente aumenta exponencialmente devido ao turismo, é talvez um dos lados mais evidentes.

Agora veja-se, a exemplo, a decrepitude do parque informático. Diariamente, centenas de trabalhadores lutam com máquinas obsoletas para responder o melhor possível às suas tarefas em prol da cidade. Provavelmente, a produtividade sofre com isso mas, diz quem manda, não há verbas para fazer a necessária renovação.

Ao mesmo tempo, é preciso alienar património imobiliário para fazer dinheiro rápido. Consequentemente, há a necessidade de transferir os trabalhadores para outros locais. E aquilo que se vê é uma enorme inadequação desses novos locais às necessidades do trabalho. Isto para não referir a falta de condições logísticas básicas em que, muitas vezes, o trabalho passa a ser feito.

**Se a tudo isto somarmos o desinvestimento na formação de recursos humanos, as práticas pouco transparentes de avaliação dos trabalhadores ou os esquemas para evitar pagar trabalho extraordinário, pode-se dizer que a aparentemente opulenta Lisboa de Fernando Medina parece estar cada vez mais depauperada por dentro.**

Na verdade, este executivo tem contribuído muito pouco para que Lisboa seja cada vez melhor para os seus trabalhadores, quando são eles que fazem a “máquina” funcionar. Por isso, Sr. Presidente, permita-nos duvidar das suas opções.



## 46º Aniversário da CGTP-IN

É num contexto de ditadura marcada pela repressão policial e pela censura, que nasce a CGTP-IN. A central sindical, herdeira incontestável do sindicalismo português originário do fim do século XIX, inícios do século XX, é constituída formalmente a 1 de Outubro de 1970 depois do consenso obtido por várias direções sindicais.

Entre os sindicatos fundadores da CGTP-IN, destacam-se o sindicato dos bancários, dos caixeiros, dos lanifícios e dos metalúrgicos de Lisboa. Soma-se posteriormente a 11 de Outubro, mais dez estruturas sindicais provenientes do Porto, Coimbra, Castelo Branco e Guarda.

Entre Outubro de 1970 e Maio de 1971 realizam-se onze (11) reuniões intersindicais, representando as últimas cerca de 200 mil trabalhadores. Os alicerces da CGTP-IN solidificavam-se paulatinamente com a consciência, a luta e a determinação de quem trabalhava sob duras condições, explorados pelo patronato e reprimidos pelo regime fascista de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar. Muitos foram os dirigentes sindicais perseguidos e presos pela polícia política do regime, a PIDE/DGS.

Contudo, a legitimidade do movimento sindical da CGTP-IN continuou a crescer no seio dos trabalhadores portugueses. Sempre que esbirros da PIDE impunham os calabouços aos seus representantes sindicais, os trabalhadores elegiam novos dirigentes, continuando assim o trabalho e a luta pela defesa dos seus direitos e das suas condições de vida.

Foi com este prestígio que o movimento sindical da CGTP-IN se tornou num dos atores centrais na Revolução do 25 de Abril de 1974, sendo a primeira organização social a conceder o seu apoio e a reagir no plano imediato da ação concreta, ao levantamento militar dos capitães de Abril.

Ao longo dos últimos anos, muitos fatores têm contribuído para um suposto e relativo enfraquecimento do movimento sindical. A desregulação do mundo do trabalho, a individualização e a precarização das relações de trabalho, a generalização dos baixos salários ou o aumento do desemprego têm sido o

resultado das políticas neoliberais que marcam o capitalismo atual, onde o trabalhador é progressivamente explorado e vilipendiado dos seus direitos e rendimentos. Obviamente, os sindicatos não são imunes a esta nefasta realidade, construída pelo capitalismo do século XXI e à semelhança do que fez sempre, ou não fosse essa a sua natureza.

São estes motivos que nos devem lembrar a importância determinante da nossa organização de classe. É em torno do nosso sindicato que melhor conseguimos a força necessária à defesa dos nossos interesses e aspirações.

**É unindo a vontade de cada um numa força coletiva, organizada e consequente, que melhor conseguimos impor as nossas reivindicações. Foi nesta linha que a CGTP-IN nasceu, cresceu e se desenvolve ainda, apesar de todas as dificuldades. É neste caminho que importa continuar.**

São 46 anos de história, luta e confiança, sempre ao lado dos trabalhadores, procurando nunca defraudar as suas expectativas. É hoje a maior central sindical do país, representando 62,9% dos trabalhadores sindicalizados\*. É também um garante indispensável à construção de um futuro democrático, de respeito e dignidade para quem trabalha em Portugal.

O STML, que aderiu à CGTP-IN em 1985, partilha os seus princípios, valores e objetivos, assumindo orgulhosamente a matriz da cultura e da ação sindical que define na defesa dos interesses dos trabalhadores o seu eixo central.

À CGTP-IN, que marca o «Tempo com a luta de quem trabalha», e a todos que contribuem para a sua existência, parabéns pelos 46 anos de coerência, honestidade e luta. Parabéns a todos nós que de facto produzimos e fazemos avançar o país!

\* Ferreira, Isabel (2014). Género, Trabalho e Saúde em Portugal. *Relatório solicitado pela European Trade Union Institute (ETUI)*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. pp.1-71



## OE 2017: é urgente valorizar os trabalhadores da administração pública

**Perante o ataque aos rendimentos dos trabalhadores do setor público, que se vão perpetuando desde 2010, altura da entrada em cena dos PEC's do Governo PS de José Sócrates/Teixeira dos Santos, e posteriormente, através dos planos de "ajustamento" das troikas externa e interna (o governo PSD/CDS), é urgente uma atualização salarial conducente a minimizar o sacrifício imposto aos trabalhadores e às suas famílias.**

Foram anos negros para o setor público, com uma desvalorização sem precedentes dos salários, com os roubos dos 13.º e 14.º mês, com sobretaxas e penalizações. É demais, logo por isso, legítimo e de inteira justiça que o Orçamento do Estado para o próximo ano contemple o aumento de salários na administração pública.

Repare-se como as medidas de ataque aos rendimentos dos trabalhadores do setor público se fez sentir: desde 2010, estima-se que o índice médio de custo com produtos de primeira necessidade tenha aumentado mais de 7%. A isto somou-se um enorme aumento de impostos e uma subida de 133% da taxa de desconto para a ADSE que passou de 1,5 para 3,5 por cento do salário bruto. **Em suma, os trabalhadores terão perdido, em média, mais de 20% do seu poder de compra nos últimos cinco anos.**

Na administração local, por exemplo, a esmagadora maioria dos trabalhadores (cerca de 77%) auferem salários brutos abaixo dos 1500 euros, logo, e tendo em conta a reposição dos cortes contemplada no OE do último ano, não beneficiaram de qualquer reposição remuneratória. Isso é, no mínimo, inaceitável.

Deste modo, a Proposta Reivindicativa da CGTP para 2017 (aplicável aos setores público e privado), para além de inscrever um aumento de 4% nos salários, com um acréscimo salarial não inferior a 40 euros/mês, exige ver inscrito no OE 2017:

o descongelamento das progressões nas carreiras profissionais na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado e a reposição das carreiras profissionais que foram extintas; o fim do pagamento dos Subsídios de Férias e de Natal em duodécimos; medidas de justiça fiscal respeitantes ao IRS incluindo a eliminação total da sobretaxa em 2017; o alargamento dos escalões e a sua atualização tendo em conta a inflação passada; o englobamento obrigatório de todos os rendimentos; o aumento das deduções à coleta em despesas de saúde, educação, habitação, entre outras.

Medidas que, como defende o documento, são "elemento estruturante para uma mais justa repartição da riqueza, a dinamização da economia e a criação de emprego."

**Perante a chantagem externa e as pressões dos setores mais reacionários da sociedade portuguesa (onde se incluem os partidos da direita que desgovernaram o País), os trabalhadores do setor público devem perceber que a luta por esta necessária valorização do seu trabalho será uma dura batalha.**

Por isso, apelamos à unidade e à luta, em nome de uma causa justa e com grandes implicações para o seu futuro e das suas famílias. Basta de perseguição ao setor público. Pela valorização do emprego público, todos à luta!



## No Brasil efetivou-se o golpe da direita revanchista e reacionária!

Um golpe que ataca em primeiro lugar a Democracia deste país e a vontade expressa em 2014 pela maioria do seu povo. No centro das atenções a Presidente Dilma Rousseff, despojada do seu mandato alcançado democrática e livremente nas eleições de há dois anos.

Através de um processo construído à medida dos grandes interesses capitalistas brasileiros, coadjuvado pelos Estados Unidos (face às suas ambições largamente conhecidas para a América Latina), a maioria do Senado brasileiro (61 de um total de 81 senadores) culminou uma farsa de capa legalista que no essencial disfarçou as motivações políticas e ideológicas antidemocráticas que procuram romper com o caminho iniciado em 2003, mais favorável aos trabalhadores e ao povo brasileiro, pela mão do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula e Dilma.

Em resposta a esta farsa que materializou o golpe, enfatizamos as palavras da presidente Dilma Rousseff, no discurso com que encerrou a sua defesa no processo de impeachment, palavras que ecoaram na sala do Senado brasileiro como um libelo de acusação aos golpistas reunidos para a destituir do cargo para que foi democraticamente eleita.

«As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo o meu mandato é como submeter-me a uma pena de morte política. Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus».

**«Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder... Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça», disse Dilma, que ao longo dos nove meses que durou este processo não se cansou de repetir que a cassação do seu mandato sem que tenha cometido crime de responsabilidade abriria um «ferimento muito difícil de ser curado».**

«Não é legítimo, como querem meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo por não concordarem com o conjunto da obra. Quem afasta o presidente pelo conjunto da obra é o povo, e só o povo, pelas eleições». As palavras de Dilma, válidas numa democracia, não tiveram vencimento no Senado. Se dúvidas houvesse, a maratona de perguntas a que Dilma foi submetida no Senado demonstrou que as chamadas «pedaladas fiscais», nada tiveram a ver com o caso. Do que se tratou foi de um julgamento político, de um golpe orquestrado pelas forças de direita apoiadas pelo grande capital, que na prática rasgou a Constituição do Brasil. Cabe ao povo brasileiro julgar os golpistas!

### Do Protocolo do STML com a BP – informação aos associados

Informamos os associados do STML **utilizadores do cartão da BP fornecido pelo sindicato**, que se encontra para levantamento nas instalações do sindicato o novo cartão.

Como muitos já devem ter reparado, o respetivo prazo de validade chegou ao seu término, implicando natural e obrigatoriamente a sua substituição por um novo cartão. Para todos aqueles que o queiram solicitar pela primeira vez, devem igualmente dirigir-se aos serviços administrativos do Sindicato, requerendo o respetivo cartão.